



PROCESSO	185.311-2/2024
INTERESSADA	A. C. S. A. (representada por Camila Souza Soares)
PROCEDÊNCIA	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
ASSUNTO	PENSÃO POR MORTE
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de concessão de pensão por morte**, em caráter temporário, a partir de 16/11/2023, em que figura como interessada, na qualidade de filha menor, **A. C. S. A.**, CPF nº 072.xxx.xxx-00, representada por Camila Souza Soares, CPF nº 045.405.441-60, em razão do falecimento do senhor **BENEDITO AMORIM DA SILVA**, CPF nº 892.763.291-53, servidor aposentado no cargo de Investigador de Polícia, Classe “E”, Nível “010”, lotado, quando em atividade, na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, nesta Capital, falecido em 16/11/2023, com fundamento no artigo 140-C da Constituição Estadual, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 92/2020 c/c artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 721/2022, bem como com o artigo 16, inciso I; artigo 74, inciso I; artigo 77, *caput*, §1º e §2º da Lei nº 8.213/1991 c/c artigo 252 da Lei Complementar nº 04/1990, com a redação que lhe fora atribuída pela Lei Complementar nº 524/2014, e tendo em vista o que consta nos Processos Digitais nº 199/2023-137 e 2025.0.03522, do MTPREV.
2. Em primeira análise¹, a 5ª Secex sugeriu o registro do Ato Administrativo nº 144/2024/MTPREV, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nº 28.728, em 23/04/2024.
3. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador-geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, converteu a emissão de parecer em Pedido de Diligência nº 360/2024², opinando pela citação do Gestor do MTPREV para que retificasse o ato concessório, fazendo constar expressamente a designação do representante legal responsável pela filha menor.

¹ Documento Digital nº 543255/2024

² Documento Digital nº 551097/2024





4. Na sequência, o Diretor-Presidente do MTPREV encaminhou defesa³ discordando da existência de irregularidades, oportunidade em que a equipe técnica opinou⁴ pela retificação do Ato Administrativo nº 144/2024/MTPREV, a fim de incluir a indicação do representante legal da menor beneficiária.

5. Em seguida, o Diretor-Presidente do MTPREV encaminhou nova defesa⁵, ocasião em que a equipe técnica sugeriu⁶ pelo registro Ato Administrativo nº 144/2024/MTPREV, retificado pelo Ato Administrativo nº 230/2025/MTPREV, este publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nº 29.008, em 11/06/2025.

6. Por fim, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 2.120/2025⁷, subscrito pelo Procurador-geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, manifestou pelo registro dos Atos Administrativos nº 144/2024/MTPREV e 230/2025/MTPREV, bem como pela legalidade da planilha de benefício.

7. **É o relatório.**

Cuiabá, 22 de setembro de 2025.

(assinatura digital)⁸

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

Relator

³ Documento Digital nº 561990/2025

⁴ Documento Digital nº 607522/2025

⁵ Documento Digital nº 618528/2025

⁶ Documento Digital nº 623690/2025

⁷ Documento Digital nº 625594/2025

⁸ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

